CAPITAL VERDE: NOVA DINÂMICA DE COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

TALITA PRISCILA PINTO[1], DANIEL VARGAS[2], CICERO ZANETTI DE LIMA[3], DIOGO GUERRA[4]

O fator verde pode captar diferentes fontes de valor da bioeconomia. A expectativa global é de que o avanço da transição climática do Planeta consolide a influência do fator verde no arranjo da economia global. A tendência é a internalização dos custos climáticos e ambientais nos negócios, na gestão dos países, no comércio e na geopolítica. Países com economias baseadas em degradação ambiental tendem a enfrentar restrições ao crescimento, enquanto investimentos financeiros e consumidores exigentes tendem a perseguir atividades e produtos sustentáveis.

A TRANSIÇÃO para uma economia verde e a crescente competição global têm alterado a dinâmica econômica ao atribuírem cada vez mais importância ao "fator verde". Esse fator de produção surge na década de 1950, junto de um novo campo da Economia, a Economia Ecológica, que se dedica a compreender a interdependência entre economia e natureza.

Diferente dos fatores de produção tradicionais – capital, trabalho e terra –, o fator verde engloba os recursos naturais na sua forma e remuneração, adicionando o "bio" à economia.

À medida que a preocupação ambiental avança no mundo, a demanda por valoração de recursos naturais e ambientais aumenta, bem como o peso do fator verde para a competitividade de empresas e países. A competição econômica passa a cobrar cada vez mais a adoção de estratégias inteligentes, que mobilizam o conjunto amplo dos fatores de produção, incluindo o ambiental. Schumpeter denominou esse conjunto de estratégias de "empreendedorismo".

O empreendedorismo, nesse contexto, não se limita apenas a inovações tecnológicas e modelos de negócios, mas também engloba a capacidade de incorporar práticas sustentáveis em todas as etapas do processo produtivo. A vantagem é atrair consumidores e investidores conscientes, além de estar em conformidade com regulamentações ambientais cada vez mais rigorosas. Além disso, a preocupação com o meio ambiente está intrinsecamente relacionada à eficiência energética, ao uso racional dos recursos naturais e à redução de custos operacionais.

Da mesma forma, países que promovem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente têm a oportunidade de se destacar no cenário global, atraindo investimentos e fortalecendo sua imagem no contexto internacional.

Os holofotes voltados para o fator verde colocam a bioeconomia em evidência. A presença de recursos naturais abundantes e sustentáveis em um território atrai empresas. Essa vantagem é incorporada na economia na forma de prêmios verdes, Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), créditos de carbono e oportunidades futuras de captação de crédito, trabalho e tecnologia para negócios mais sustentáveis.

Enquanto os demais fatores são remunerados por sua contribuição direta para a produção e a geração de renda, o fator verde, composto de estoques natural, técnico e tecnológico (*vide* boxe), é remunerado pela sua capacidade de fornecer serviços públicos essenciais. A maior presença de árvores, por exemplo, serve, naturalmente, como fonte de sequestro de carbono. Portanto, a composição do fator verde é dada por estoques naturais, como florestas, ecossistemas, recursos hídricos, entre outros. Esses estoques desempenham um papel fundamental na regulação do clima, na purificação do ar e da água, na preservação da biodiversidade, entre outras externalidades positivas.

Essa nova dinâmica de competição já faz parte das realidades nacionais, e países mais preservados, como o Brasil, têm o potencial de ingressar na economia "verde" com uma vantagem de partida – uma nova espécie de vantagem comparativa original.

O Brasil possui mais de 60% do seu território preservado. Cada propriedade rural brasileira conta, por lei, com uma fábrica particular de serviços ambientais, a Reserva Legal (RL), que está presente em 20% a 80% da área das propriedades rurais nacionais.

O País possui, também, uma capacidade técnica de produção sustentável elevada, com sistemas integrados, plantio direto e projetos de referência, como os biocombustíveis. A produtividade de grãos no campo aumentou cerca de 400% nas últimas três décadas. Essa capacidade abre portas para novos sistemas de produção de alimentos, novas fontes de energia e de produtos têxteis – além da geração de novos materiais.

"O Brasil possui mais de 60% do seu território preservado. Cada propriedade rural brasileira conta, por lei, com uma fábrica particular de serviços ambientais, a Reserva Legal (RL), que está presente em 20% a 80% da área das propriedades rurais nacionais."

PERFIL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA

O avanço produtivo brasileiro é cada vez mais assentado em tecnologia de ponta, com adaptações genéticas e desenvolvimento de espécies "ajustadas" às particularidades de solo e clima do País e, ao mesmo tempo, mais resistentes a pragas e volatilidades climáticas.

O potencial instalado de uma boa parte da economia brasileira, a começar pelo campo, é, em sua maioria, sustentável. Se conseguirmos parar o desmatamento na Amazônia – condição crítica para a sustentabilidade da economia brasileira –, o potencial de intensificação produtiva e de ganhos verdes também pode aumentar, ampliando a rentabilidade da produção nacional.

A criação de fontes alternativas de energia limpa tende a ampliar a oferta desse recurso e reduzir custos. Hoje, o Brasil conta com uma matriz energética altamente sustentável, composta de energia renovável ou bioenergia. À medida que os países avançarem em suas próprias transições para novas fontes energéticas, a vantagem brasileira tende a diminuir.

Por fim, a corrida tecnológica nas grandes potências do Planeta é também um esforço e uma preparação dos países do mundo para evitar o risco de suas economias, movidas a fóssil, não serem sustentáveis. Com o avanço da transição climática, a adoção de práticas ambientalmente degradantes deve cair – e as economias devem se tornar "*net zero*". Haverá, por assim dizer, uma assimilação plena dos custos climático-ambientais pelo modelo de negócios e pela gestão dos países, assim como pelas relações comerciais e pela geopolítica. O cuidado com o meio ambiente deve virar premissa e será "cobrado" na transação.

Nesse ambiente, quem ainda possuir uma economia ancorada em degradação ambiental pode conviver com novas restrições ao crescimento. Investimentos financeiros tenderão a perseguir atividades ou regiões "sustentáveis". Empresas avaliarão o "custo verde" dos negócios em um território – e eventuais dificuldades de garantir suprimentos sustentáveis. Consumidores mais exigentes, ao mesmo tempo, também tendem a optar por bens de origem sustentável.

Portanto, a transição verde deve ser lida como uma faca de dois gumes: uma oportunidade, mas também um alerta.

No curto prazo (na próxima década): condições naturais de floresta, sol, vento e água ainda permitem ao País expandir a disponibilidade de energia limpa e barata e, assim, atrair investimentos em setores intensivos em energia. A partir daí, a vantagem nacional tende a desaparecer à medida que novas fontes de energia limpa (e baratas) se formam no mundo. O País pode **perder** a vantagem verde dos estoques técnicos e tecnológicos, bem como dos serviços ambientais acoplados à economia produtiva. A pergunta óbvia, nesse caso, é: como o País poderia capitalizá-los?

No médio prazo (a partir de 2030): novas tecnologias e técnicas produtivas tendem a reduzir o peso relativo do fator verde – capital e trabalho, por assim dizer, devem recuperar uma parte da vantagem perdida na definição do preço dos negócios, a começar pela vantagem da energia barata. A pergunta, portanto, é: como o País pode preparar-se para o futuro? ■

DEFINIÇÃO DOS TIPOS DE ESTOQUE RELACIONADOS AO FATOR VERDE

O **estoque natural** funciona como uma fábrica natural de serviços ambientais, que tendem a ser reconhecidos e valorizados pelo mundo. Por exemplo: o pagamento pelo sequestro de carbono com crescimento das árvores, ou de provisão de água ou outros serviços relevantes para o restante da economia.

O **estoque técnico** engloba um conjunto de conhecimentos, tecnologias e técnicas desenvolvidos que geram um saldo positivo em uma contabilidade ambiental, substituindo atividades poluentes via, por exemplo, novos materiais sustentáveis. Por exemplo: o desenvolvimento de técnicas de produção que poupem terra ou que combinem serviços ambientais à dinâmica produtiva, como é o caso do regime de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). Também entra, aqui, o desenvolvimento dos biocombustíveis, que substituem o uso de energias fósseis – como gasolina e diesel –, assim como a geração de novos materiais, como bioplásticos degradáveis, que, em última análise, "esverdeiam" a sociedade.

Já o **estoque tecnológico** refere-se a um conjunto de conhecimentos de ponta sobre como mobilizar a capacidade viva da natureza para produzir bens e serviços úteis à vida humana. Por exemplo: a criação de novos fármacos, o plantio de sementes geneticamente modificadas (como na soja ou no milho, por exemplo) e a produção de materiais a partir de microrganismos adaptados.

1 Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – talita.pinto@fgv.br
2 Coordenador do OCBio/FGV – daniel.vargas@fgv.br
3 Pesquisador do OCBio/FGV – cicero.lima@fgv.br
4 Estagiário do OCBio/FGV – diogo.guerra@fgv.br